

LITERACIA DIGITAL E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: uma análise investigativa à luz da perspectiva sistêmica nas políticas de padronização do sistema eletrônico de informações

DIGITAL LITERACY AND ARCHIVAL GOVERNANCE: an investigative analysis from a systemic perspective of the electronic information system's standardisation policies

Ana Carolina Soares Santos | Eliete Correia dos Santos | Ana Lúcia Terra

<https://doi.org/10.21747/21836671/pagviiiwpgcia5>

Resumo: As políticas de literacia digital são essenciais, especialmente em organizações. Com isso, essa pesquisa tem como objetivo geral promover orientações para construção de políticas de literacia digital voltadas à dimensão da macroarquivologia e sistêmica, a partir da realidade do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Especificamente: a) Depreender como a perspectiva sistêmica, de Portugal, e a noção de governança arquivística podem contribuir na estruturação das políticas de literacia digital; b) Investigar como as políticas abrangem o desenvolvimento da literacia digital direcionado à padronização do SEI; e c) Apontar as estratégias que poderiam ser seguidas para garantir a literacia digital em uma dimensão da macroarquivologia e sistêmica. Trata-se de uma investigação baseada no Método Quadripolar. Sobretudo, o SEI possui metodologias e instrumentos, inclusive de governança, que podem auxiliar na construção de políticas de literacia digital para implantação do sistema. Então, essa pesquisa contribui significativamente no âmbito arquivístico, acadêmico e social.

Palavras-chave: Arquivologia pós-custodial sistêmica; Governança arquivística; Literacia digital; Sistema Eletrônico de Informações.

Abstract: Digital literacy policies are essential, particularly within organizational contexts. In this regard, this study aims to provide guidelines for the development of digital literacy policies oriented toward a macro-archival and systemic dimension, grounded in the reality of the Electronic Information System (EIS). Specifically, it seeks to: (a) examine how the systemic perspective adopted in Portugal and the concept of archival governance can contribute to the structuring of digital literacy policies; (b) investigate how such policies address the development of digital literacy focused on the standardization of EIS; and (c) identify strategies that may be adopted to ensure digital literacy within a macro-archival and systemic framework. This research is based on the Quadripolar Method. Notably, EIS incorporates methodologies and instruments, including governance mechanisms, that can support the development of digital literacy policies for system implementation. Therefore, this study makes a significant contribution to the archival, academic, and social fields.

Keywords: Systemic post-custodial archival science; Archival governance; Digital literacy; Electronic Information System (EIS).

Introdução

A literacia digital pode ser entendida como uma competência que permite ao indivíduo manusear e dominar as tecnologias digitais para alcançar determinados interesses no ambiente digital. Nesse sentido, ela indica uma reprodução do aprendizado adquirido através de cursos, palestras, *workshops*, vídeos, manuais, etc., ao longo do tempo, podendo ser desenvolvida continuamente. Segundo Pereira (2011) e Aires (2015), a literacia digital não trata, apenas, de o indivíduo conseguir ligar um computador, mas envolve os aspectos que o fizeram recordar aquilo que ele aprendeu, ou seja, atributos cognitivos.

Considerando o avanço tecnológico digital, acreditamos que as unidades de informação também estejam à frente dessas descobertas científicas, no que diz respeito à literacia digital, isso porque os profissionais da informação – arquivistas, bibliotecários, museólogos, etc. – precisam dominar as tecnologias digitais para cumprirem suas atribuições para com seus objetos científicos e em prol da Sociedade da Informação. Seguindo essa linha de pensamento, autores como Cerqueira (2022), Gonçalves (2022), Santos e Santos (2023; 2025), Santos *et al.* (2023), Loureiro e Rocha (2012), Silva (2008) etc., pesquisam acerca da literacia digital.

A literacia digital é fundamental para o contexto atual e os estudos científicos cumprem um papel crucial na sua promoção. Diante do constante avanço tecnológico, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas que incorporem a literacia digital à realidade das organizações. Quando pensadas de forma contínua, essas estratégias contribuem para a melhoria das atividades, o aprimoramento dos serviços, o domínio da operacionalização, o acompanhamento das transformações e o apoio às inovações tecnológicas.

Nesse cenário, a governança se apresenta como elemento essencial, pois é por meio dela que se viabiliza a validação e o cumprimento dessas políticas. Atualmente, a governança representa um diferencial competitivo nas organizações, o que tem impulsionado sua presença em diversas áreas do conhecimento. Assim, é comum encontrarmos governanças tributária, orçamentária, ambiental, da informação, trabalhista, financeira, pública, corporativa, organizacional, entre outras, cada uma com suas especificidades, mas todas contribuindo para fortalecer a gestão.

A governança arquivística ainda é “embrionária”, termo utilizado nos textos de Jardim (2018b), pois suas concepções ainda estão sendo desenvolvidas. Sobretudo, a governança arquivística pode ser entendida como as ações que envolvem diversos agentes (arquivísticos ou não), a partir da dimensão da macroarquivologia, capaz de conceber e/ou fortalecer políticas, programas, recursos, rede de contatos, agências, legislação e outros.

A partir desse contexto, emergem novas abordagens teóricas. Neste estudo, destacamos especialmente a corrente sistêmica, estudada em Portugal, a qual concebe o arquivo como um sistema integrado, cuja estrutura está interligada por relações de dependência funcional. Essa perspectiva se mostra particularmente relevante para a compreensão da governança arquivística — tema amplamente discutido por autores como Jardim (2018b; 2018a), Galdino (2018), Ramos (2021), Oliveira (2022), Maluf (2023) e Silva (2022).

Nesse contexto social, o uso de plataformas e sistemas tem se tornado, visivelmente, expandido, principalmente nas organizações, levando em conta sua agilidade na realização de processos, superando as barreiras espaço-temporais. Contudo, para que essa implantação aconteça de modo assertivo, é necessário, sobretudo, que se estabeleçam políticas de literacia digital que englobem as ações de aplicação de sistemas voltadas aos colaboradores, bem como o acompanhamento e desenvolvimento deles no que tange suas habilidades digitais nesses ambientes. Dessa forma, os colaboradores poderão executar os serviços com mais segurança, uma vez que foram preparados para atuar nessas novas aplicações.

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é uma plataforma destinada à criação, tramitação e arquivamento de processos eletrônicos, integrando-se atualmente às rotinas administrativas de diversos órgãos nas esferas federal e estadual. O SEI foi desenvolvido,

em 2013, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Trata-se de um sistema gratuito, cuja adoção vem se expandindo entre os órgãos públicos. No contexto desta pesquisa, será dada ênfase a uma amostra que contempla instituições nos estados da Paraíba, Pernambuco e Minas Gerais.

Acreditamos que para implantação de sistemas digitais nas organizações é necessário desenvolver estratégias e políticas direcionadas ao usuário que, na investigação em questão, é o colaborador.

Nesse sentido, o objetivo geral é promover orientações para construção de políticas de literacia digital voltadas à dimensão da macroarquivologia e sistêmica, a partir da realidade do SEI. E para isso, traçamos os seguintes objetivos específicos a) Depreender como a perspectiva sistêmica, estudada em Portugal, e a noção de governança arquivística podem contribuir na estruturação das políticas de literacia digital; b) Investigar como as políticas abrangem o desenvolvimento da literacia digital direcionado à padronização do SEI; e c) Apontar as estratégias que poderiam ser seguidas para garantir a literacia digital em uma dimensão da macroarquivologia e sistêmica.

Além dessa introdução, o artigo contempla a seção de literacia digital e governança arquivística como eixo estratégico nos arquivos, que envolve conceitos e a importância das políticas de literacia digital, através da governança arquivística, especialmente no contexto de transformações digitais. Após isso, abordaremos o Método Quadripolar que garante o desenvolvimento dinâmico, holístico e interpolar dessa pesquisa. Também teremos a seção sobre a implantação do SEI: análise e discussão das experiências e principais resultados, em que serão apresentados os dados coletados na entrevista com os participantes brasileiros que utilizam o SEI. E as considerações parciais, enquanto fechamento do texto.

Literacia digital e governança arquivística como eixo estratégico nos arquivos

A literacia digital é indispensável para melhor oferecer os serviços através dos ambientes digitais. Diante do cenário pandêmico, em 2020 e 2021, a literacia digital foi exigida nos ambientes organizacionais, bem como no âmbito social em geral para enfrentar os desafios provocados pelo Coronavírus. Ainda com maior frequência, muitas empresas, escolas, igrejas etc. aderem às plataformas digitais para realizar suas atividades, seja de modo parcial ou total. Sendo assim, a Comissão Europeia (2022) defende que a literacia digital nunca foi tão fundamental quanto na realidade atual.

A Sociedade da Informação, antes e pós-contexto pandêmico, de maneira mais intensificada, considera a necessidade de estar informado fundamental para viver em sociedade, isso porque a informação, se comparada a um tempo passado, está, exponencialmente, disponível em diversas plataformas digitais. Levando em conta que os profissionais da informação possuem o fornecimento dessas informações como uma das funções primordiais, Ferreira, Dieguez e Terra (2017) apontam que, os profissionais da informação mantêm o mesmo papel, no entanto, com essa inserção tecnológica, torna-se possível aperfeiçoar seus serviços, bem como a criação de novos serviços.

Ao arquivista, enquanto gestor da informação, é enquadrada a responsabilidade de desenvolver a literacia digital da sua equipe para que eles atendam às demandas impostas

por esta sociedade. Conforme a pesquisa de Santos (2023), mesmo com o avanço exponencial dos sistemas digitais, alguns colaboradores sentem dificuldade em acessá-los, em alguns casos por falta de treinamento e/ou experiência prática, que, certamente, são requisitos básicos para promover e desenvolver a literacia digital dessas pessoas. Esses relatos decorrem de vários contextos que precisam ser investigados para que haja medidas que sanem essas dificuldades.

Ao analisar a literatura arquivística, constatamos que essa foi a primeira pesquisa sobre literacia digital em arquivos. Em uma posterior investigação, resultado do trabalho citado no parágrafo anterior desse texto, Santos *et al.* (2023) desenvolvem uma revisão da literatura acerca dos impactos que a literacia digital pode acarretar nos espaços arquivísticos.

De acordo com eles, a aplicação de estratégias da literacia digital pode impactar a cultura organizacional, comunicação, tratamento arquivístico, acesso à informação, mudança da infraestrutura, visão estratégica, incentivo e motivação. Em face disso, os autores defendem que a mudança desses fatores será necessária para enfrentar os desafios da Arquivologia contemporânea, sendo o arquivista o principal potencializador da sua equipe (SANTOS *et al.*, 2023).

Considerando a crescente evolução das tecnologias digitais e as frequentes mudanças organizacionais, a promoção da literacia digital é colocada como uma ferramenta estratégica para a atuação dos arquivistas e colaboradores que, na realidade atual, desperta-os a repensar e criar novas maneiras de trabalho e de adaptação, no sentido de aprimorar as atividades arquivísticas constantemente.

No entanto, trabalhar a literacia digital da equipe é mais difícil do que parece. Não basta apenas fornecer treinamentos nos ambientes organizacionais, é preciso que outros atores (arquivísticos ou não) estejam envolvidos para construir estratégias sólidas para que essas ações se apoiem nas políticas de literacia digital e, conseqüentemente, essas práticas estejam fortalecidas. Nesse sentido, a governança arquivística entra no contexto arquivístico para permitir que exista uma expansão das possibilidades.

Por isso, a visão de governança arquivística pode ser capaz de ampliar o desenvolvimento da literacia digital não só nos arquivos, mas para além dele, ou seja, nas instituições, especificamente nos usuários da informação, visto que as pessoas precisam desenvolver a literacia digital para realizar seu trabalho. À vista disso, o avanço tecnológico em conjunto com as necessidades da sociedade direcionada aos aspectos macroarquivísticos, nos quais está inserida a governança arquivística, possibilita uma amplitude de possibilidades para o desenvolvimento da literacia digital.

Diante do exposto, a literacia digital viabiliza a aplicação dos aspectos macroarquivísticos, permitindo maior agilidade e eficiência nos processos, uma vez que seriam melhor desenvolvidos, como destaca Jardim (2018a), os planejamentos e processos de organização e funcionamento, programas, projetos, políticas, redes e sistemas, etc. Permitindo, assim, grandes avanços para o desenvolvimento da literacia digital nas instituições e fortalecimento da governança arquivística.

Sobretudo, é importante entender que a governança arquivística diz respeito a “[...] ações transversais ao contexto arquivístico com um forte dinamismo relacional com outras agências, políticas e programas no campo da informação estatal, bem como com setores

diversos da sociedade” (JARDIM, 2018a:40). Logo, percebemos que a governança arquivística se expande em vários contextos que dialogam entre si, visando contribuições mútuas.

Dessa maneira, “a governança arquivística mira a teia de interesses, ações e atores, do Estado e da sociedade, que ultrapassa os limites da autoridade e institucionalidade da administração das instituições arquivísticas” (JARDIM, 2018a). Ou seja, ela possibilita um olhar para além do arquivo. Ainda que esses atores sejam de lugares distintos, eles são envolvidos em um contexto de regras e democracia (OLIVEIRA, 2022). Esse amparo normativo é necessário para que todo o sistema funcione de maneira correta, de modo que, quando apoiados nele, conforme Oliveira (2022), resulta em um ambiente transversal e cooperativo, sendo este fundamentado na democracia.

Outra característica importante é que “A governança arquivística precisa estar absolutamente vinculada com a missão institucional, porque é a missão que traduz como a instituição se vê e os seus macro-objetivos, é a fala da instituição sobre si mesma, é o compromisso que assume com a sociedade. É o seu pacto social” (OLIVEIRA, 2022:151). Sendo assim, além de estar ligada à governança arquivística, traz consigo a identidade da instituição, pois a missão e os objetivos demonstram as estratégias específicas de cada ambiente em prol de determinada sociedade.

Jardim (2018b) aponta que a governança arquivística tem como objeto a gestão arquivística. Essa gestão, no que diz respeito à Arquivologia, implica no planejamento, execução e avaliação nas funções arquivísticas, estabelecendo um diálogo fundamental com a administração. Nesse sentido, o autor explica que, gerenciar os serviços prestados no arquivo ultrapassa as funções arquivísticas, envolvendo também pessoas, infraestrutura, tecnologias da informação, legislação, orçamento, etc.

À vista disso, gerenciar denota gestos de poder através do “governo de arquivos”. A governança arquivística vai além desse pensamento tradicional, entretanto não o anula, mas sim reforça o papel da gestão arquivística e apresenta estratégias e ações colaborativas a fim de consolidar a gestão arquivística (JARDIM, 2018b). De acordo com Jardim (2018b), em uma gestão arquivística vulnerável não se aplica um modelo consistente de governança. Galdino (2018) também acredita que a boa governança incide na “gestão”, como também na memória, complementa.

A dimensão da governança arquivística é crucial para sua compreensão, estando seu enfoque na macroarquivologia que envolve aspectos para além dos arquivos, conforme apontam Jardim (2018a) e Maluf (2023). Para Ramos (2021), a macroarquivologia trata de “pensar o arquivo” de maneira estratégica. Essa concepção de micro e macroarquivologia não é recente; conforme Jardim (2018a), elas foram retratadas, pela primeira vez, em 1970, por José Manuel Mata Castillon. Podemos entender que a microarquivologia, como o próprio nome já remete, engloba as atividades internas do arquivo como organização, tratamento, gestão, preservação de documentos, etc., enquanto a macroarquivologia abrange ações que envolvem contextos, instrumentos, normas e ambientes para além do arquivo, onde está lotado o arquivista que aplica essa dimensão.

O autor considera mais abordada, pela teoria e prática, a microarquivologia, visto que há uma emergência histórica das necessidades de organização do arquivo em termos de tratamento, descrição, classificação, avaliação, arranjo, etc. Enquanto isso, a

macroarquivologia é pouco explorada (JARDIM, 2018a). Esse olhar apresenta uma lacuna que acreditamos está voltada a aspectos teóricos e, em virtude disso, práticos, já que um coincide no outro.

Ao considerarmos a governança arquivística e a perspectiva macro associada a ela, construímos um arquivista diferenciado que atua também externamente ao arquivo, mantendo conexões com outras esferas e utilizando os meios e instrumentos disponíveis para solucionar problemas referentes ao seu arquivo e para além dele.

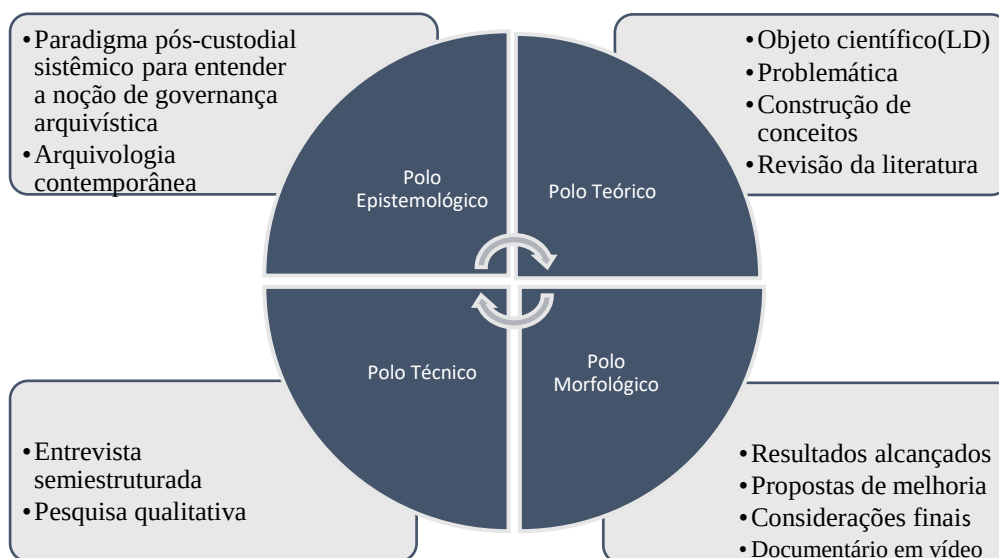
Diante dessa discussão, é possível constatar que a governança arquivística engloba várias esferas de atuação e também depende de atores distintos para sua aplicabilidade. Sobretudo, para que haja a execução dela, como também de outros tipos de governança, são necessárias documentações arquivísticas que criem, projetem e delimitem ações e responsabilidades dos atores, seja em organizações públicas ou privadas.

Trilhas metodológicas

O Método Quadripolar é ideal quando tratamos de correntes teóricas da Arquivologia, como o modelo sistêmico, para entender a noção governança arquivística e investigar a influência da literacia digital com uma ótica sistêmica e holística. É uma abordagem muito utilizada pelos profissionais da informação, pois estuda a interdisciplinaridade e seu impacto direto no desempenho profissional.

O Método Quadripolar reflete vários conhecimentos que podem ser aplicados na pesquisa de modo dinâmico e interpolar, explica Rocha e Terra (2017). Nesse sentido, Silva (2014) apresenta os polos que compõem o método: Epistemológico, Teórico, Técnico e Morfológico, os quais interagem entre si e permitem uma formulação sistêmica e holística do objeto científico. No que diz respeito a esse estudo, o Método Quadripolar se adequaria da seguinte maneira:

Fig. 1 – Método quadripolar e sua aplicação nessa pesquisa



Fonte: Ferreira, Dieguez e Terra (2017, com adaptações).

No Polo Epistemológico, essa pesquisa parte do paradigma pós-custodial sistêmico para compreender como se caracteriza a noção de governança arquivística para um futuro aprofundamento direcionado às políticas e ações da literacia digital, que é o objeto científico dessa investigação. Este polo está marcado pela Arquivologia contemporânea, uma vez que envolve discussões atuais que inibem os desafios e transformações enfrentados pela área nos contextos técnico, social e digital.

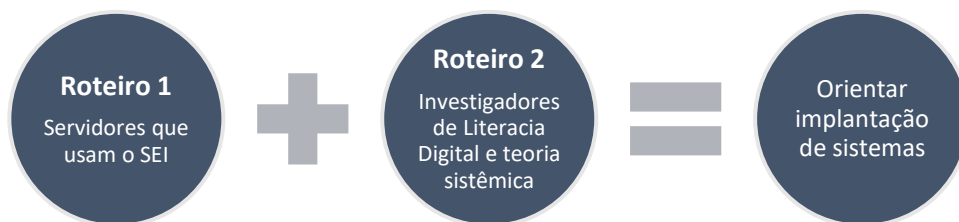
E que é definido com precisão no Polo Teórico, momento no qual são realizadas pesquisas bibliográficas que formulam os conceitos e discussões acerca do objeto de estudo e sua relação contextual. Nesse sentido, busca-se conhecer e analisar o objeto de estudo – literacia digital.

Na utilização dos procedimentos de coleta, realizamos a pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Danton (2002), caracteriza o início de toda pesquisa através da consulta na literatura. Além das bases literárias do Brasil, torna-se necessário acessar e compreender as produções científicas de Portugal para esclarecer e relacioná-las à noção de governança arquivística.

Outro procedimento utilizado é a pesquisa de campo que, segundo Prodanov e Freitas (2013), tem como finalidade a obtenção de informações ou conhecimentos sobre um problema, hipótese ou fenômeno, por meio da observação direta da realidade e da análise de dados coletados no ambiente onde os fatos ocorrem naturalmente.

Já no Polo Técnico se enquadra a entrevista semiestruturada, sendo ela considerada, como instrumento, que permite “[...] que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009:72). À vista disso, é possível explorar o tema e, assim, formular outras questões que possam surgir durante a entrevista, bem como permitir maior expressividade e segurança nas respostas por parte do participante. Sobretudo, elaboramos dois roteiros distintos, conforme a fig. 2 apresenta.

Fig. 2 – Panorama das entrevistas



Fonte: Elaboração própria (2025).

A partir dessa figura, notamos que essa pesquisa de campo consistirá em dois momentos. No primeiro, a aplicação da entrevista no Brasil, buscando investigar as políticas e ações de literacia digital adotadas para padronização do SEI nos órgãos federais e estaduais. Ela foi realizada presencialmente ou virtualmente, conforme necessidade dos participantes. Dentre um universo de mais de 400 instituições, a amostra selecionada é de apenas 5 instituições (Universidade Federal de Campina Grande; Universidade de Brasília; Instituto

Federal de Pernambuco; Ministério da Agricultura e Pecuária; e Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais).

Então, temos cinco representantes brasileiros, sendo três de órgãos de instância federal e dois estaduais, que viabilizarão o entendimento acerca das políticas perante essas mudanças tecnológicas, baseado em esferas distintas.

Já no segundo momento, que consiste no período de nossa investigação no exterior, também foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e também de campo em Portugal através de uma entrevista semiestruturada, com outro roteiro, aplicada entre alguns investigadores e arquivistas que estudam a literacia digital e a visão sistêmica, totalizando 5 integrantes dos respectivos órgãos: Universidade do Porto; Universidade de Coimbra; Câmara Municipal do Porto; e Hospital Universitário de São João.

Além dos apontamentos anteriores, o Polo Técnico contempla a abordagem de pesquisa utilizada que é a qualitativa e que permite a análise dos dados quanto à subjetividade, a qual consiste em explicar o porquê das coisas e, paralelo a isso, descrever os aspectos da realidade que não podem ser quantificados (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

E, por último, no Polo Morfológico, estando inseridos os resultados obtidos dessas entrevistas, bem como as propostas de melhorias destacadas, a partir dessa análise e discussão das políticas de literacia digital do SEI associadas às dimensões da macroarquivologia e sistêmica, elas fundamentarão a construção do documentário em vídeo que será o produto científico da pesquisa. E ainda, as considerações finais, como fechamento dessa investigação.

Implantação do SEI: análise e discussão das experiências e principais resultados

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é utilizado para criação e gestão de documentos e processos administrativos, tendo ele sido desenvolvido, em 2009, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) para atender órgãos públicos do Poder Judiciário. A necessidade da época era criar um sistema que operasse na execução das atividades administrativas eletronicamente. À vista disso, o SEI cria, tramita, arquivava documentos e processos eletrônicos.

Conforme o *Portal do software público brasileiro* (BRASIL, 2015), a adoção do SEI pelos órgãos do Poder Judiciário e o sucesso da iniciativa motivaram a equipe do projeto *Processo Eletrônico Nacional* (PEN) a adaptar o sistema à realidade do Poder Executivo. A infraestrutura do SEI passou a ser compartilhada entre o então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e outros órgãos parceiros. De acordo com dados disponibilizados no site do TRF-4 (2020), mais de 400 órgãos já utilizavam o SEI. No entanto, não foram encontradas informações mais recentes, embora se presuma que esse número tenha aumentado desde então.

No *site Gov.br* (BRASIL, 2020), conseguimos localizar os serviços voltados a usuários internos e externos, instrumentos como cartilhas, manuais e cursos envolvem as iniciativas do Governo brasileiro. Além disso, o sistema possui uma metodologia própria de implantação, especialmente considerando a governança.

Diante dos resultados coletados, conseguiremos compreender como ocorreram essas implantações e as experiências decorrentes a esses processos de mudanças. Vale mencionar, mais uma vez, que as instituições representadas na nossa amostra são:

- Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG);
- Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE);
- Universidade de Brasília (UnB); e
- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Nesse sentido, iremos enfatizar uma categoria específica da coleta de dados, que é a do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Essa é a última categoria do bloco de primeira entrevista, ela abrange quatro perspectivas do SEI: institucional, individual, externa e estratégica, como aprofundaremos na sequência.

Visão institucional

Uma realidade que, embora esteja presente em muitas organizações, dificulta o desenvolvimento da literacia digital é a ausência dessas políticas. A literacia digital não deve ser considerada como algo distante dos ambientes organizacionais, pelo contrário, ela é ideal para que enfrentemos os desafios atuais. Por este motivo, são necessárias políticas que orientem essas ações. No caso do SEI, não existe nenhum órgão que tenha uma política de literacia digital ou letramento digital estruturada, mas existem outras políticas que envolvem indiretamente o assunto. Ainda que alcancem relativamente a promoção da literacia digital através de outras políticas, cursos, capacitações, etc., os resultados nem se comparam aos que existiriam se houvesse uma política específica de literacia digital para o SEI.

No caso do modelo de governança do SEI, os participantes informaram que não o conhecem e informaram que esse instrumento é mais utilizado pelos Comitês Gestores do SEI, já que parte de decisões na esfera macro. Apenas o entrevistado do IFPE indicou que já ouviu falar, mas não o explorou. Considerando que essas questões são voltadas às ações estratégicas do gestor, é fundamental que ele esteja também por dentro desse universo até mesmo para ampliar suas metodologias de atuação. Já o respondente do MAPA, que não é gestor, afirmou que leu, mas não com maior profundidade.

Além das políticas de literacia digital, questionamos os participantes acerca das ações estratégicas de implantação, tais como treinamento, reuniões informacionais, visitas técnicas, encontros de disseminação de treinamento, palestra e *workshops*. Segundo eles, as atividades do SEI são as sistematizadas na fig. 3:

Fig. 3 – Atividades de implantação do SEI



Fonte: Elaboração própria (2025).

Perante os dados apresentados, ressaltamos o protagonismo das instituições em construir seus próprios instrumentos para facilitar o trabalho do colaborado em decorrência a essas mudanças organizacionais. No caso da ALMG, o entrevistado não aprofundou as atividades e materiais específicos existentes; por outro lado, os participantes do IFPE, UnB e UFCG indicaram várias contribuições realizadas nas organizações. Cabe-nos destacar a criação de módulos atualizados do sistema e, em paralelo a isso, as atualizações dos materiais educativos pelo entrevistado do IFPE, de fato, as políticas institucionais, como também os registros resultantes dela, principalmente quando envolvem sistemas, precisam levar a sério essas atualizações a fim de preparar o colaborador também para essas mudanças.

Outro ponto que nos chama atenção são os *workshops* anuais que acontecem na UnB que estão voltados à educação de servidores, alunos e público em geral, ao ensinar práticas arquivísticas que também denotam a promoção da literacia digital, como também a capacitação oferecida aos novos servidores através das semanas de ambientação. Nesse sentido, esses colaboradores têm programações pré-estabelecidas durante semanas a fim de não só apresentar suas atribuições, mas também trazer ações educativas sobre as plataformas que eles irão utilizar, como o SEI, por exemplo. Projetos como esse são fundamentais, pois garantem uma maior organização por parte da instituição que resulta em segurança nas atividades do novo servidor e também veterano. E essas ações indicam a governança arquivística.

Na UFCG, o recurso que está em evidência é o *chat online*, disponível no *site* do Portal do SEI. O participante nos revelou que, nos casos de dúvidas, existe uma Equipe de Suporte SEI, subordinada à Coordenadoria de Gestão, para atender às necessidades, sanando as dúvidas do público externo. De fato, é um diferencial, se comparada às demais instituições. Além disso, ela ainda possui um grupo no Telegram entre o setor de protocolo e a equipe responsável pelo SEI para facilitar o diálogo. E ainda vídeos disponíveis no Youtube.

Já no MAPA não teve treinamento e não tem cursos *online*, o que dificultou a adaptação ao sistema. Contaram apenas com manuais, tutoriais e palestras com alguns servidores que fizeram um curso em Brasília. Nesse sentido, o processo foi ainda mais dificultoso, quando comparado às demais realidades.

Ainda com relação a essa pergunta, saímos do roteiro para entender como funciona o acompanhamento e o participante da UFCG informou que:

“O acompanhamento é feito diariamente. A gente tem o escritório de gestão do SEI funciona aqui e a gente dá todo apoio à instituição em relação a operacionalização dele e a criação dos roteiros, rotinas e procedimentos. Todos são controlados aqui na gerência e a definição dos tipos documentais também”

Sob essa colocação, o participante da ALMG também possui uma equipe específica que consideramos essencial tanto na implementação do sistema, quanto no acompanhamento e suporte na execução das atribuições dos colaboradores. Na UnB também existe um Grupo Gestor do SEI que fica responsável pelo acompanhamento, enquanto no IFPE e MAPA é realizado pelos próprios gestores, no primeiro caso, do setor de Protocolo, auxiliando outros setores e, no segundo, do de Fiscalização, responsável pela sua equipe, assim como cada setor do órgão.

Diante do conjunto de análises realizadas, é possível afirmar que, embora existam iniciativas isoladas e ações estratégicas pontuais voltadas à promoção da literacia digital no contexto de implantação e uso do SEI, a ausência de políticas específicas e estruturadas sobre o tema representa um entrave significativo para o fortalecimento dessa competência nas organizações. A inexistência de uma diretriz clara voltada à literacia digital impede que os esforços se tornem contínuos, sistematizados e efetivamente integrados à cultura organizacional. Apesar de algumas instituições, como a UnB, a ALMG, o IFPE e a UFCG, demonstrarem protagonismo por meio de capacitações, criação de materiais didáticos, suporte técnico e práticas educativas inovadoras, outras, como o MAPA, enfrentam maiores dificuldades devido à carência de investimentos mais consistentes. Ademais, o desconhecimento do modelo de governança do SEI pelos entrevistados revela uma lacuna preocupante no que diz respeito à articulação entre os níveis operacionais e estratégicos da gestão pública. Por isso, é fundamental que as instituições avancem na construção de políticas específicas de literacia digital, articuladas à governança arquivística, que contemplem desde a formação inicial dos servidores até ações permanentes de atualização e acompanhamento, promovendo uma atuação mais eficiente, segura e cidadã nos ambientes digitais.

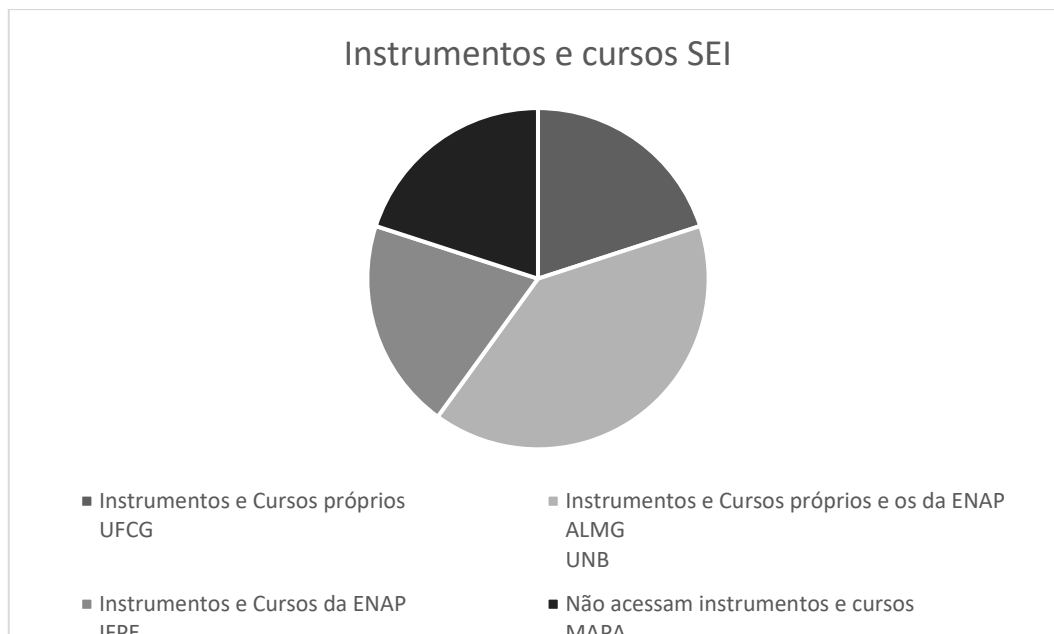
Visão individual

Com essa subcategoria, tínhamos o interesse em conhecer se o colaborador já utilizou as cartilhas, manuais, cursos etc. sobre o SEI disponíveis nos *sites Gov.br* e do ENAP. Os entrevistados deram mais ênfase aos cursos e coletamos o seguinte resultado.

Através do gráfico, identificamos que em órgãos como a ALMG e UnB já possuem instrumentos e cursos próprios. O participante da UnB afirmou que no início todos fizeram os cursos da ENAP, mas já possuem seus próprios, atualmente. Na ALMG, algumas pessoas também fizeram os cursos da ENAP, mas assim como a UnB, já fornecem os seus. No caso da UFCG, tiveram um curso interno com o Comitê Gestor e, a partir disso, já começaram a

desenvolver seus próprios cursos e materiais. No IFPE todos os servidores ficaram incumbidos de realizar os cursos da ENAP, enquanto no MAPA não os fizeram.

Gráfico 1 – Materiais educativos do SEI



Fonte: Elaboração própria (2025).

Levando em conta os resultados obtidos, consideramos que tanto os cursos, quanto os instrumentos disponíveis pelo Governo são cruciais para a construção dos materiais próprios, pois é possível identificar os aspectos que são abordados e trazer melhorias, baseadas nas experiências individuais e coletivas, bem como outras necessidades reais que possam surgir. No caso do MAPA, acreditamos que foi necessário mais investimento na capacitação dos servidores no que diz respeito aos cursos, pois não houve a realização dos cursos da ENAP, nem cursos próprios, apenas, palestras com os participantes do curso em Brasília que repassou as informações aos demais colaboradores. Com isso, apontamos que essas ações devem ser realizadas de maneira conjunta para que o servidor consiga desenvolver, com maior facilidade, a literacia digital.

A maioria dos participantes não identificou lacunas, pelo contrário, consideram os materiais explicativos e claros. No caso da UnB, eles realizam pesquisas de satisfação com os servidores que, em geral, resulta em 90% de satisfação. Já o participante do IFPE sugeriu que a ENAP atualizasse os cursos, pois eles devem estar atualizados, conforme os módulos do SEI, principalmente, o do “tramita, barramento e peticionamento”. Inclusive, o entrevistado também sugere que a instituição que produza seus próprios vídeos para divulgá-los na página do SEI, até mesmo visando acessibilidade, sendo essas observações, extremamente, relevantes para essa investigação.

De acordo com a análise dos dados, é possível concluir que os materiais educativos sobre o SEI, disponibilizados pela ENAP e pelo portal *Gov.br*, desempenham um papel importante no processo de capacitação inicial dos servidores, mas não são suficientes por si só para

atender às demandas específicas de cada instituição. A experiência relatada por órgãos como UnB, ALMG e UFCG evidencia um movimento de adaptação e produção de conteúdos próprios, mais alinhados às realidades locais e às particularidades operacionais de cada contexto. Essa prática demonstra maturidade institucional e contribui diretamente para o fortalecimento da literacia digital.

Em contrapartida, o cenário do MAPA aponta para a carência de uma política de capacitação mais estruturada, o que pode comprometer o domínio adequado das ferramentas digitais e limitar a autonomia dos servidores. A sugestão de atualização dos cursos da ENAP, bem como a proposta de criação de vídeos institucionais acessíveis, reforça a necessidade de que essas ações sejam pensadas de forma contínua, inclusiva e responsiva às mudanças do sistema. Assim, a combinação entre os materiais federais e os conteúdos internos se revela como uma estratégia eficaz para consolidar competências digitais e promover a governança informacional nas instituições públicas.

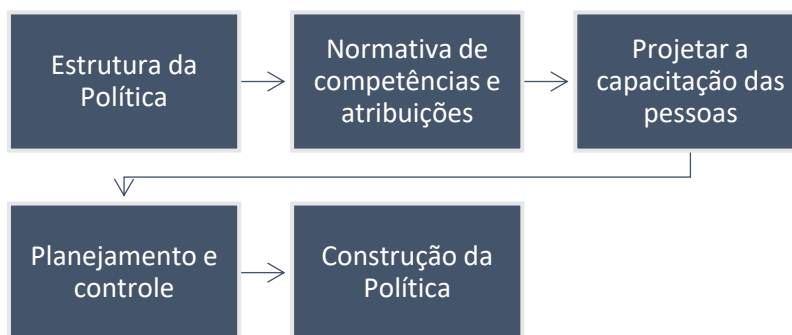
Visão externa

Com relação às perguntas dessa subcategoria, indicam instrumentos e *feedback* dos usuários externos. Segundo os participantes, as instituições já possuem seus próprios materiais e os consideram funcionais e claros. Já no MAPA os usuários externos abrem e acompanham os processos por meio de uma solicitação via email, então não fazem uso do SEI, por isso não há instrumentos. Para aprofundar essas questões teria que ser realizada outra pesquisa voltada ao usuário externo do SEI. Nessa pesquisa, conseguimos apenas ter uma noção do ponto de vista do colaborador al qual direcionamos a pergunta.

Visão estratégica (direcionada apenas aos gestores)

Nesta subcategoria, a intenção era levar o gestor a refletir acerca das políticas, sendo ela um elo entre a segunda entrevista aplicada em participantes e pesquisadores de literacia digital, na dimensão da macroarquivologia e sistêmica. Sob essa ótica, introduzimos esse momento perguntando sobre o que antecederia a criação das políticas de literacia digital para eles. E com o participante da ALMG alcançamos os resultados abaixo.

Fig. 4 – Fases que antecederiam as políticas de literacia digital na ALMG



Fonte: Elaboração própria (2025).

Lembrando que na ALMG ainda não existem políticas de literacia digital, mas somente as que envolvem, indiretamente, o assunto. A partir das informações do participante, conseguimos explorar algumas das fases que devemos considerar na construção dessas políticas, sendo elas fundamentais para orientar os processos que se pretendem realizar, estando eles apoiados nessas políticas. O entrevistado da UnB também apresentou fases semelhantes, conforme suas experiências.

Já o representante do IFPE apontou uma perspectiva que complementa a fala anterior.

Fig. 5 – Fases que antecederiam as políticas de literacia digital no IFPE



Fonte: Elaboração própria (2025).

Essa divisão na fala do entrevistado nos permite enxergar por dois ângulos, sendo o primeiro voltado ao institucional que envolve o estudo dos atos normativos, o contexto, estrutura da instituição e as demais contribuições da ALMG ligadas ao órgão em si. E o segundo para o público que desenvolverá a literacia digital no sistema, inclusive, o participante aborda, baseado na sua realidade, professores, discentes, público externo e pessoas portadoras de deficiência. E é aqui que inserimos o projeto de capacitação do público, mencionado pela ALMG e UnB.

Para o respondente da UFCG,

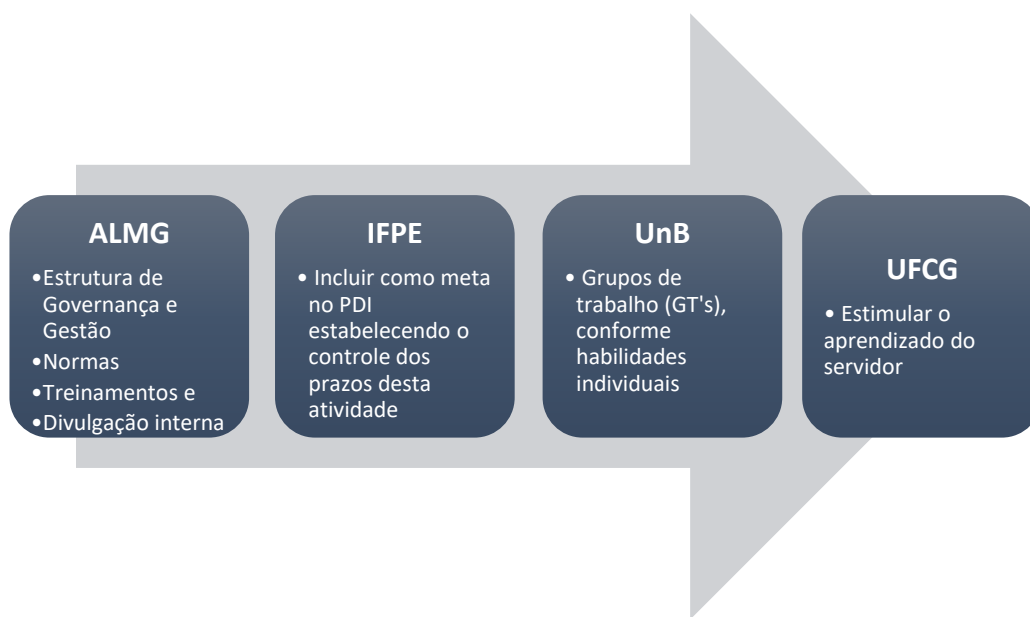
“A instituição tem que estar preparada em questão de ter materiais, por exemplo, computadores adequados, porque, às vezes, a gente quer que se utilize sistemas, mas você não tem um suporte digital adequado para que o servidor tenha como realizar as atividades [...]”

É uma percepção diferenciada das demais, mas que as complementa e é muito válida para o contexto inicial das políticas: o planejamento da infraestrutura, tanto do local quanto dos próprios computadores, pré-estabelecendo como tudo irá ocorrer. Santos e Santos (2023) exploram essa questão como um impacto para desenvolver a literacia digital. Então,

quando estamos na fase antecedente da construção dessa política, isso deve ser, fundamentalmente, considerado.

Com relação à Metodologia de Implantação do SEI, todas as instituições possuem sua própria metodologia, baseada nela. Outro questionamento relevante foi sobre as estratégias que poderiam ser utilizadas pelos gestores para apoiar as ações dos servidores nessas políticas. E temos que:

Fig. 6 – Estratégias que apoiem as ações nas políticas de Literacia digital



Fonte: Elaboração própria (2025).

Acreditamos que, além da estrutura formal na construção de políticas, nesse acompanhamento estratégico, o gestor precisa planejar ações voltadas ao desenvolvimento da literacia digital pautado nessas políticas, como destaca o participante do IFPE. As ações estratégicas, nesse sentido, são difundidas durante o planejamento e, posteriormente, aplicada e controlada para que haja uma avaliação das atividades realizadas, visando aprimorá-las e/ou corrigi-las.

É importante também que se considere a atuação do gestor no que diz respeito à motivação do colaborador, como aponta o respondente da UFCG, nisso estão incluídos os Grupos de Trabalho (GT's) apresentados pela UnB, tendo em vista que levam em conta as habilidades individuais para a formação dos grupos e os treinamentos e divulgação interna retratados pela ALMG. Além disso, podemos refletir em outras ações como projetos que visem melhorar o clima organizacional; gestão por competências; planos de carreira; como também pesquisas de satisfação, como já é feito na UnB, etc.

Considerações parciais

A literacia digital arquivística constitui em uma ação estratégica, tendo em vista o aprimoramento dos serviços informacionais. Para que isso ocorra, torna-se necessário que sejam construídas políticas que envolvam a dimensão sistêmica organizacional, bem como a macroarquivologia para que haja articulação entre os atores. Nesse sentido, esse trabalho exige que o arquivista transforme suas ações em estratégicas, não de maneira isolada, mas a partir de esferas internas e externas que ampliem sua visualização e solução dos desafios atualmente.

Diante dessa nova postura, é possível estruturar a governança arquivística e fortalecer a gestão arquivística em meio às transformações digitais com uma equipe preparada. O investimento na literacia digital dos colaboradores nas instituições é fundamental para determinar seu sucesso. Devido aos avanços e atualizações constantes dessas tecnologias, é essencial, principalmente, voltar o olhar para quem as utilizará, afinal, não adianta possuir recursos e plataformas e não ter pessoas que os dominam e/ou não os utilizam para inovação.

Investigar o SEI, como base para nossa pesquisa, revela que o Governo brasileiro tem empregado planos estratégicos para implantação do sistema que, embora não mencione a literacia digital ou letramento digital, como é conhecido no Brasil, direciona a atenção para a capacitação dos servidores e colaboradores em geral.

Com base nas análises apresentadas, podemos concluir que a construção e efetivação de políticas de literacia digital nas instituições públicas ainda se encontram em estágio incipiente, embora haja iniciativas isoladas e experiências práticas que apontam caminhos promissores. A ausência de instrumentos voltados aos usuários, como no caso do MAPA, evidencia um ponto cego na estruturação dessas políticas, indicando a necessidade de pesquisas específicas com esse público para compreender suas demandas, dificuldades e experiências com o SEI.

Por outro lado, os relatos dos gestores da ALMG, IFPE, UnB e UFCG demonstram um esforço em refletir sobre as fases que devem anteceder a formulação de políticas, considerando desde aspectos normativos e estruturais até questões de acessibilidade, inclusão digital e infraestrutura tecnológica. Essa visão estratégica articulada à prática cotidiana, reforça a importância de um planejamento integrado que contemple as necessidades institucionais, as especificidades do público interno e externo, e as metas de modernização da gestão pública.

Fica evidente que o papel do gestor é decisivo não apenas na formulação, mas também no acompanhamento, avaliação e motivação das equipes, sendo essencial adotar ações que valorizem o desenvolvimento contínuo das competências digitais, promovam um ambiente organizacional mais colaborativo e assegurem a efetividade das políticas de literacia digital como ferramenta de transformação institucional.

À vista disso, essa pesquisa, quando divulgada por completo, apresentará, de modo complementar, os dados coletados com os investigadores e profissionais da informação de Portugal para compreendermos as políticas de literacia digital no contexto sistêmico e da macroarquivologia. Enfatizamos, assim, que esse texto é fruto de uma dissertação de

mestrado, ora em andamento, do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística das Universidades Estadual e Federal da Paraíba.

Ainda que os resultados sejam parciais, acreditamos que essa pesquisa instiga os profissionais da informação e arquivistas a repensarem sobre suas práticas, como também toda a comunidade acadêmica. No Brasil, as discussões acerca da governança arquivística têm se fortalecido no âmbito do programa e para além dele. E isso é fundamental para aprofundarmos um assunto singular, no cenário atual. Além disso, consideramos que pesquisas científicas, como essa, implicam diretamente na sociedade a quem prestamos os serviços de informação. Portanto, esperamos que possam surgir outros desdobramentos inerentes a esse estudo.

Referências bibliográficas

AIRES, L.

2015 Literacias Digitais: texto orientador. In *Repositório Aberto: Curso de formação para a docência online*. mód. 1. [Em linha]. Jan. 2015. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6017/1/Literacias%20Digitais_Texto_Orientador_VF.pdf.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

2020 Sistema Eletrônico de Informações (SEI). In *Gov.br*. [Em linha]. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

2015 *Portal do software público brasileiro : Visão geral*. [Em linha]. 2015. Disponível em: <https://softwarepublico.gov.br/social/sei/manuais/manual-do-usuario/visao-geral/>.

CERQUEIRA, L.

2022 Literacia digital: Biblioteca universitária como recurso auxiliar à literacia académica. *Revista PMBA em Foco*. [Em linha]. 4 (2022). Disponível em: <http://www.revistapmbaemfoco.pm.ba.gov.br/index.php/emfoco/article/view/76/33>.

COMISSÃO EUROPEIA

2022 *Plano de ação para a educação digital: Ação 7*. [Em linha]. Out. 2022. Disponível em: <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/focus-topics/digital-education/action-plan/action-7>.

DANTON, G.

2002 Metodologia Científica. In *Virtual Books Online*. [Em linha]. Pará de Minas, 2002. Disponível em: <https://xoomer.virgilio.it/leonildoc/pdf/metodo1.pdf>.

FERREIRA, O.; DIEGUEZ, T.; TERRA, A. L.

2017 Uso das tecnologias da informação e comunicação nas bibliotecas de ensino superior: um estudo de caso. In *Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA: Intercâmbio, cooperação acadêmica e mediações interdisciplinares*. Org, Eliete Correia dos Santos, Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Alzira Karla Araújo da Silva. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

GALDINO, A. C.

2018 Uma Reflexão sobre os limites da gestão de documentos na governança dos arquivos públicos. *Revista do Arquivo*. [Em linha]. 4:7 (out. 2018) 30-41. Disponível em: <http://www.arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/829835/Uma-reflexao-sobre-os-limites-da-Gestao-de-Documentos-na-governanca-dos-arquivos-publicos.pdf>.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.

2009 *Métodos de pesquisa*. [Em linha]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806?locale-attribute=pt_BR&locale=en.

GONÇALVES, G. A. M.

2022 *Educação de adultos e literacia digital: Caminhos para a inclusão*. [Em linha]. Lisboa, 2022. Dissertação de Pós-graduação em Educação e Formação – Universidade de Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/52737/1/ulfpie056742_tm.pdf.

JARDIM, J. M.

2018a Governança arquivística: contornos para uma noção. *Acervo*. [Em linha]. 31:3 (set./dez. 2018) 31-45. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987/994>.

JARDIM, J. M.

2018b Governança arquivística: um território a ser explorado. *Revista do Arquivo*. [Em linha]. 2:7 (out. 2018) 12-23. Disponível em: https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/130/79.

LOUREIRO, A.; ROCHA, D.

2012 Literacia digital e literacia da informação: competências de uma era digital. In *EDUCA2012 - II Congresso Internacional TIC e Educação*. [Em linha]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012, p. 2.726-2.738. Disponível em: https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/758/1/artigo-ticeduca2012_ana%26dina_final.pdf.

MALUF, I. M. P.

2023 *Governança arquivística pública institucional como meio de viabilização e melhoria do gerenciamento arquivístico e da gestão de documentos: protótipo para a elaboração de modelo para implementação*. [Em linha]. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/64008/3/DISSERTA%20c3%87%20c3%83%20-%20IZABELA%20MIRNA%20PINTO%20MALUF%20-%20arquivo%20final%20repaginado.pdf>.
Dissertação na Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais.

OLIVEIRA, L. M. V. de

2022 Governança arquivística em instituições de memória. In *Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática*. Org. Francisco José Aragão Pedroza Cunha, Maria Teresa Navarro de Britto Matos, Gillian Leandro de Queiroga Lima. [Em linha]. Salvador: EDUFBA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35442/1/governanca-arquivistica-REPO.pdf>.

PEREIRA, L. M. G.

2011 *Conceções de literacia digital nas políticas públicas: estudo a partir do Plano Tecnológico da Educação*. [Em linha]. Braga, 2011. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19825/1/Lu%3%ads%20Miguel%20Gon%3%a7alves%20Pereira.pdf>.
Tese em Ciências da Comunicação - Universidade de Minho.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de

2013 *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª ed. [Em linha]. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>.

RAMOS, A. P. dos S.

2021 Gestão dos processos administrativos de RH: indícios da necessidade de adoção da noção de governança arquivística na esfera pública municipal. *Ágora*. [Em linha]. 31:63 (jul./dez. 2021) 1-15. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/993/969>.

ROCHA, C. F. C. da; TERRA, A. L.

2017 Mudanças na comunicação organizacional: a gestão do e-mail numa Instituição de Ensino Superior. In *Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA: Intercâmbio, cooperação acadêmica e mediações interdisciplinares*. Org. Eliete Correia dos Santos, Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Alzira Karla Araújo da Silva. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SANTOS, A. C. S.

2023 *Os Impactos da literacia digital para a Arquivologia contemporânea: a realidade do corpo funcional dos arquivos da CAGEPA, PBPREV e SEAD*. [Em linha]. João Pessoa, 2023. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/29533/4/TCC%20-%20Ana%20Carolina%20Soares%20Santos>.
Monografia em Arquivologia - Universidade Estadual da Paraíba.

SANTOS, A. C. S. [et al.]

2023 A Literacia digital nas práticas arquivísticas: uma revisão da literatura. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*. [Em linha]. 15:10 (2023) 12.522-12.545. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/2098/1697>.

SANTOS, A. C. S.; SANTOS, E. C.

2025 A Contextualização da literacia digital nas práticas sociais e arquivísticas: uma análise das produções científicas na Arquivologia. *Archeion Online*. [Em linha]. 13:ed. esp. (jan./mar. 2025) 79-94. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/72573/41172>.

SILVA, A. M. da

2014 O Método Quadripolar e a pesquisa em Ciência da Informação. *Prisma.com*. [Em linha]. 26 (2024) 27-44. Disponível em:
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/1861/1694>.

SILVA, A. M. da

2008 Inclusão digital e literacia informacional em Ciência da Informação. *Prisma.com*. [Em linha]. 7 (2008) 16-43. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87344>.

SILVA, A. R.

2022 *Matriz de modelo estrutural de governança arquivística para comunicações presidenciais em redes sociais*. [Em linha]. Marília, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8f215452-5932-4fe1-84b5-4fcb7ee5e435/content>.
Dissertação em Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

TRF-4

2020 *TRF4 assina cessão de uso do SEI com seis instituições*. [Em linha]. 2020. Disponível em:
https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=15524#:~:text=Atualmente%2C%20est%C3%A1%20em%20uso%20em,de%20associa%C3%A7%C3%B5es%20e%20outras%20entidades.

Ana Carolina Soares Santos | ana.soares@servidor.uepb.edu.br

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil

Eliete Correia dos Santos | eliete.santos@servidor.uepb.edu.br

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Brasil

Ana Lúcia Terra | anaterre@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras / Centro de Estudos Interdisciplinares - CEIS20, Portugal